

A participação social na formulação das políticas públicas para a capoeira em Minas Gerais

Priscila Soares de Paiva Campos Moreira¹

Luiz Renato Vieira²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar as ações em prol da formulação de políticas públicas para a capoeira realizadas pelo Conselho de Mestres de Capoeira do Estado de Minas Gerais - COMCAP-MG. A estratégia metodológica utilizada foi análise documental e pesquisa participante. A pesquisa destacou o intercâmbio de ações entre o COMCAP-MG, a Superintendência Regional de Minas Gerais do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural Nacional – IPHAN-MG e o Fórum Capoeira BH (Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte). Os resultados apontam para a necessidade de maior mobilização, capacitação e conscientização dos capoeiristas para a participação no processo de formulação de políticas públicas. Foram constatados várias dificuldades e desafios, como certo grau de desconhecimento dos mecanismos que podem ser utilizados para a participação social nas políticas públicas e dificuldade de lidar com a complexidade e burocracia desses mecanismos. Entretanto, considerando que a garantia da participação social nas políticas públicas, as políticas de salvaguarda e o reconhecimento da capoeira como patrimônio histórico-cultural brasileiro são ainda recentes, entendemos que, apesar desses desafios e dificuldades, o COMCAP-MG se encontra no caminho para uma efetiva participação na formulação das políticas públicas para a capoeira.

Palavras-chave: políticas públicas; participação; capoeira.

1. INTRODUÇÃO

A capoeira é um fenômeno cultural presente na história do Brasil desde a época colonial. Por diversas vezes, foi alvo de perseguição e de ações do poder público. Em termos de participação política a capoeira durante muitos anos foi manipulada como massa de manobra. Entender o conceito de políticas públicas e de salvaguarda e mecanismos de participação se faz fundamental para mudança desse cenário.

¹ Pós-graduada em Políticas Públicas e Poder Legislativo (Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais). Bacharel em Comunicação Social, habilitações em Relações Públicas e Publicidade e Propaganda (PUC Minas). priscilapaiva.rp@gmail.com

² Orientador do artigo. Sociólogo. Doutor em Sociologia (UnB/Universidade de Paris I - Panthéon Sorbonne). Consultor Legislativo do Senado Federal – área de cultura e desporto. lvieira@senado.gov.br

As políticas públicas são decisões governamentais traduzidas em ações capazes de intervir, modificar e afetar a vida de uma sociedade. Consistem em um ciclo, formado por identificação de um problema; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; execução; acompanhamento e avaliação de resultados (SARAVIA, 2006).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, constitui um marco no processo de consolidação dos direitos e garantias fundamentais e, mais do que isso, dos espaços institucionais de representação dos interesses da sociedade. Por isso, a Carta Magna de 1988, considerada por Carvalho (2013) como longo e minucioso documento em que a garantia dos direitos do cidadão era a preocupação central, garantiu a participação popular nas políticas públicas. Segundo Valla (1998), a participação popular compreende variedade de ações que diferentes atores sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas. Esse processo acontece mediante a intervenção quotidiana e consciente de cidadãos, individualmente ou em grupos (DIAS, 2007).

Para Dallari (1984) a participação política é dever de todos os indivíduos, que devem procurar exercer influência sobre as decisões de interesse comum. Contudo, muitos indivíduos permanecem em atitude passiva, deixando as decisões para outros, o que faz com que um pequeno grupo torne-se dominante. O exercício da cidadania não significa apenas ser usuário/receptor de uma política, o cidadão necessita de interação, discussão, acompanhamento e participação das decisões políticas, opinando sobre suas necessidades e anseios. Contudo, mesmo a participação política sendo considerada como dever e sendo efetivamente direito garantido pela Constituição Federal, na prática os brasileiros ainda necessitam aprender a exercê-lo. Depois de anos submetidos à ditadura e ao regime militar, vivenciar a democracia se tornou um aprendizado e desafio (CARVALHO, 2013).

No que se refere aos capoeiristas, esta experiência tem apresentado desafios singulares, considerando o contexto marginalizado no qual a capoeira nasceu³. Apesar de a capoeira ter sido registrada⁴ como patrimônio imaterial brasileiro e a participação dos

³ Foge ao escopo desse trabalho o amplo levantamento das ações governamentais que, de alguma forma, contaram com a participação da comunidade dos capoeiristas. Há registro de iniciativas anteriores, como programas do Ministério da Educação (MEC), na década de 1980, que não serão tratadas nesse momento.

⁴ O registro se diferencia do tombamento dos bens materiais, pelo fato de que o bem imaterial depende da ação humana para a sua existência, e por isso, a sua preservação tem como foco não a conservação de eventuais suportes físicos, mas a busca de instrumentos e medidas de salvaguarda que viabilizem as condições de sua produção e reprodução. A cada dez anos o registro deve ser revisto, ratificado, retificado ou arquivado.

detentores desse saber ser fundamental na construção de políticas de salvaguarda⁵, existem algumas dificuldades enfrentadas para sua efetivação. Este trabalho tem como objetivo identificar as ações em prol de formulação de políticas públicas para a capoeira, realizadas pelo Conselho de Mestres de Capoeira do Estado de Minas Gerais - COMCAP-MG. As estratégias metodológicas utilizadas foram análise documental, por meio de material relativo às reuniões e ações de salvaguarda realizadas pelo COMCAP-MG, e pesquisa participante.

2. DADOS HISTÓRICOS DA CAPOEIRA

As primeiras manifestações da capoeira teriam acontecido em Salvador, Rio de Janeiro e Recife, por serem cidades portuárias que recebiam um grande contingente de escravos (IPHAN, 2007). Por ser uma manifestação de escravos, a capoeira já nasceu marginalizada, entretanto isso não a impediu de participar de importantes momentos políticos do país.

Antes da proclamação da República, em 1889, os escravos capoeiras ganharam prestígio devido a sua participação na Guerra do Paraguai⁶, que ocorreu entre 1864 e 1870. Também ficaram famosos por sua atuação durante as eleições, quando pressionavam eleitores para votarem nos candidatos dos partidos que defendiam, fossem conservadores ou liberais. Além disso, criaram uma milícia conhecida como Guarda Negra⁷, que era a favor da Monarquia e atacava republicanos, “fundaram o Partido Capoeira e, antes de serem definitivamente perseguidos, dividiram a cidade em territórios de duas grandes maltas⁸: Nagoas e Guaiamuns” (IPHAN, 2007, p.14)

⁵ “Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam a assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a pesquisa, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão [...] assim como a revitalização dos diferentes aspectos desse patrimônio”. (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003)

⁶ Os capoeiras eram recrutados para lutar na Guerra do Paraguai como forma de punição pela prática da capoeira. (Reis, 1997).

⁷ “[...] era uma milícia, formada por capoeiristas e capadócios, dispostos à força da navalha, do cacete e do “pau de fogo”, [para] manter a ordem imperial. Foi criada no Rio de Janeiro e acobertada pelo gabinete de João Alfredo (ministro imperial), apelando-se no recrutamento dos membros, para os negros gratos à princesa Isabel pela assinatura da Lei Áurea. Foi vista e estudada, também, como movimento negro de apelo racial contra os brancos e como um “partido político”, programado para definir posições de participação dos negros na vida política do país, pós-escravidão [...] Espalhou-se para outros lugares do Brasil, em especial, Salvador e Recife, que como o Rio de Janeiro, eram outros importantes núcleos da capoeira” (ABREU, 2011, P. 35).

⁸ Forma associativa de resistência mais comum entre os escravos e homens livres pobres no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX; grupos de capoeiras armados que percorriam as ruas da cidade. As maltas mais conhecidas eram as adversárias Nagoas e Guaiamus. (SOARES, 1999)

Oliveira; Leal (2009) identificam a capangagem que acontecia nas cidades do Rio de Janeiro, Belém e Salvador, como um dos trabalhos assumidos pelos capoeiras que mais deram visibilidade para a sua prática. A ação dos capoeiras era solicitada pelos dirigentes políticos para interferir nos processos eleitorais. Além disso, como nos aponta Costa (2013, p. 31), os capoeiras tentavam “resolver as diferenças políticas, sociais e econômicas através de um determinado recurso – a violência”.

Criminalizada no Código Penal de 1890, a capoeira só veio a ser definitivamente liberada após o Código Penal de 1940. Nestas primeiras três décadas do século passado, os capoeiristas eram costumeiramente rotulados como capadócios e valentões, ligados ao universo da boemia e do meretrício, das casas de jogo, controlando territórios urbanos e envolvendo-se em conflitos com os agentes da repressão. (MAGALHÃES FILHO, 2012, p. 22)

De acordo com Magalhães (2012) a história da capoeira foi radicalmente modificada a partir da década de 1930, por Mestre Bimba, através da criação da Luta Regional Baiana⁹. Conforme Vieira; Assunção (2009), Mestre Bimba teria selecionado as técnicas da capoeira que lhe pareciam mais adequadas, eliminado outras que considerava ultrapassadas e acrescentado novos golpes. Além disso, formalizou o ensino na academia¹⁰ e impôs uma disciplina e ética desportiva. Reis (1997) atenta para o fato de que essa nova modalidade teria consagrado a esportização e a discriminação da capoeira.

Bimba foi um dos capoeiristas de sua época que mais fez apresentações para grandes autoridades, tendo se apresentado no início da década de 1930 para o Interventor Federal na Bahia, Juracy Magalhães, e para o General do Exército e Comandante da 6ª Região Militar da Bahia, Pinto Aleixo. (MAGALHÃES, 2012, p. 25)

Em 1953, após assistir uma apresentação de Mestre Bimba, o então presidente Getúlio Vargas declarou que a capoeira seria a única colaboração autenticamente brasileira e, por isso, deveria ser considerada como luta nacional brasileira (REIS, 1997).

No entanto, nem todos os capoeiristas aprovavam as inovações feitas por Mestre Bimba e defendiam o que acreditavam ser a “capoeira tradicional”. Em 1940, surgiu outra corrente, denominada Capoeira Angola, liderada por Mestre Pastinha, com a proposta de manter os elementos da antiga capoeira. Essas duas correntes da capoeira “coincidem com a sua ruptura com a malandragem antiga, transferindo a prática da capoeira de rua para

⁹ Estilo de capoeira criado por Mestre Bimba, que posteriormente passou a ser chamado de Capoeira Regional.

¹⁰ Mestre Bimba criou a primeira academia de capoeira, o Centro de Cultura Física e Regional, antes disso o ensino da capoeira era feito de modo mais informal e sem uma metodologia específica.

uma academia, com treinos regulares, uniformes e regulamentos” (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 2009, p. 13).

Em 1972 a capoeira passou a ser reconhecida oficialmente como esporte, conforme portaria expedida pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). Inicia-se então um processo de institucionalização da capoeira e uma tentativa de homogeneização (REIS, 1997). Neste intuito, começam a surgir federações de capoeira e propostas de regulamentação. No entanto, essas ideias não agradavam a todos, assim como as modalidades angola e regional, surgindo novas denominações de capoeira.

3. A CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Apenas recentemente a capoeira entrou na pauta das políticas públicas, sendo eleita como uma das prioridades políticas voltadas para as culturas populares na gestão do ex-ministro da cultura Gilberto Gil (VIEIRA, 2012). Pode-se considerar que o marco histórico para o desenvolvimento das políticas relacionadas com a capoeira ocorreu em 19 de agosto de 2004, quando o ex-ministro Gilberto Gil anunciou o “Programa Nacional e Mundial para a Capoeira” (GASPAR, 2012). Na ocasião, o ex-ministro realizava em Genebra uma homenagem ao diplomata brasileiro Sergio Vieira de Mello, assassinado em uma missão pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Guerra do Iraque. Ao anunciar o programa, Gil afirmou:

Esta é a primeira manifestação do Estado brasileiro em reconhecimento da autenticidade cultural da capoeira. E digo mais: a dificuldade histórica deste reconhecimento pelo Estado se explica justamente pelas origens da capoeira serem parte do contexto sócio-cultural dos negros na sociedade. A capoeira deixa entrever em cada gesto o jogo de lendas e histórias heróicas do martírio do povo negro no Brasil. Chegou o momento de potencializar essa prática cultural milenar, vista apenas como esporte. Que possamos nós, em vez de desapropriar, valorizar essa base cultural imensurável. (GIL, 2004)

Em 2008, o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira foram registrados como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Vassallo (2008) considera o registro como a primeira política pública verdadeiramente voltada para o desenvolvimento da capoeira. Contudo, o Estado brasileiro ao orientar uma política cultural que reconheça e valorize os bens de natureza imaterial, “depara-se com o desafio de dialogar com os detentores dos saberes e práticas culturais”

(MONTEIRO, 2012, p. 5). Após o registro, é necessário formular e implantar o plano de salvaguarda, processo que possui como requisito fundamental a ampla mobilização e participação dos detentores dos bens culturais registrados, atuando em parceria com os poderes públicos e organizações da sociedade (IPHAN, 2010). O Plano de Salvaguarda é um instrumento de gestão orientado para aumentar a participação democrática dos cidadãos na formulação, no planejamento, execução, avaliação e acompanhamento de políticas de preservação do patrimônio cultural. É um planejamento de ações de curto, médio e longo prazo, combinadas entre atores de diferentes segmentos da sociedade e executado de modo compartilhado e participativo (IPHAN, s/d). Desta forma, gera uma interlocução maior entre o Estado e a sociedade. De acordo com Sant'anna (2010), ex-diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN:

Como são as pessoas que mantêm e transmitem os bens culturais imateriais, é importante compartilhar métodos e instrumentos com elas. Durante o processo de salvaguarda, os grupos, indivíduos e comunidades que dele participam são capacitados a produzir conhecimento e documentação sobre seu patrimônio, bem como a empreender ações de organização e de articulação de parcerias. (SANT'ANNA, 2010)

O Estado deve criar condições para que os detentores do patrimônio registrado atuem como sujeitos na construção de política de salvaguarda. Em termos de políticas públicas, Monteiro (2012) considera que buscar a compreensão de patrimônio por parte dos sujeitos envolvidos e a identificação dos meios e motivos que garantiram a salvaguarda do patrimônio ao longo do tempo; e ainda, participar do diálogo sobre as diversas concepções e apropriações, pode ser um avanço.

A capoeira como já visto, é um fenômeno complexo e a sua salvaguarda possui características singulares, uma vez que “a capoeira foi o único bem imaterial de amplitude nacional, fato que dificulta o debate em torno dos milhões de praticantes com compreensão e prática diversas” (GASPAR, 2012, p. 150). Soma-se a isso, toda a desconfiança causada pelas suas experiências políticas anteriores.

[...] considerando os projetos anteriores de políticas públicas do governo voltadas para a capoeira (criminalização, folclorização e esportivização), cabe dizer que os capoeiras precisam ficar atentos frente às consequências políticas do reconhecimento de sua arte-luta como patrimônio da cultura brasileira. (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 54).

Em 2009 foi criado o Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC) que seria responsável por viabilizar a elaboração do programa da salvaguarda da capoeira por meio da organização de encontros e debates com a sociedade civil (GASPAR, 2012). Entre as ações do GTPC estão o Cadastro Nacional da Capoeira, que tinha como objetivo mapear o universo da capoeira, mas que, no entanto, não foi finalizado; e o Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Pró-Capoeira, que realizou três encontros denominados como Pró-Capoeira, nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e Brasília no ano de 2010. Nesses encontros foram criados Grupos de Trabalhos-GTs nas áreas: Capoeira e Educação; Capoeira e Políticas de Fomento; Capoeira e Políticas de Desenvolvimento Sustentável; Capoeira, Identidades e Diversidade; Capoeira, Profissionalização, Organização Social e Internacionalização. (GASPAR, 2012). Esses GTs produziram diversas proposições, no entanto, até no ano de 2012, não foi dado andamento ao debate. Gaspar (2012) considera que a política de salvaguarda teria parado “no meio do caminho”, sem ter conseguido realizar as ações projetadas no início da gestão de Gilberto Gil e a partir do registro do patrimônio imaterial.

4. O CONSELHO DE MESTRES DE CAPOEIRA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COMCAP-MG

A capoeira da cidade de Belo Horizonte é considerada recente em relação às cidades precursoras. As primeiras referências são do final da década de 60, com a chegada do Mestre Toninho Cavaliere na cidade. Os primeiros praticantes iniciados na capital mineira eram universitários, pertencentes à classe média e brancos (GONÇALVES, 2010; LUCE, 2012). A partir dos anos 70, a classe de baixa renda, moradores de aglomerados, periferias e vilas, começou a ter maior acesso à arte da capoeiragem. Nos anos 80 a capoeira alastrou-se por todas as camadas sociais e muitos grupos se formaram (GONÇALVES, 2010). Atualmente o universo da capoeira da Região Metropolitana de Belo Horizonte-RMBH abriga uma pluralidade de grupos e estilos, além de inúmeros mestres.

Em busca de organização e de políticas públicas para valorização dos mestres de capoeira e que fortaleçam a identidade da capoeira de Belo Horizonte e Minas Gerais, em 2011, um grupo de mestres solicitou à equipe de patrimônio do IPHAN-MG, que lhes desse suporte na realização de reuniões para a criação do Conselho de Mestres de Capoeira da RMBH. Essas reuniões duraram cerca de um ano e contribuíram para que os capoeiristas e

o IPHAN-MG estreitassem uma aproximação e estabelecessem uma parceria em relação à capoeira. Nesse período, foi realizado o I Encontro de Formação do Conselho de Mestres de Capoeira da RMBH em que participaram cerca de 120 mestres.

Em maio de 2012 o IPHAN descentralizou as ações de salvaguarda da capoeira, ficando a Fundação Cultural Palmares - FCP responsável pela estruturação do Programa Pró-Capoeira e as superintendências estaduais do IPHAN pelas ações de mobilização, nas quais devem ser discutidas e sistematizadas as demandas levantadas nos Encontros Pró-Capoeira (IPHAN, 2012). A partir dessa orientação, o IPHAN-MG encerrou suas atividades de apoio às reuniões do Conselho de Mestres, dando continuidade apenas à cessão de espaço para as reuniões, e iniciou um ciclo de oficinas de capacitação e reuniões sobre a Salvaguarda da Capoeira para mestres, capoeiristas em geral, pesquisadores e demais interessados no assunto. É importante ressaltar que, se a salvaguarda da capoeira enfrenta dificuldades por possuir um caráter nacional, a salvaguarda da capoeira em Minas Gerais possui como desafio dialogar com 853 municípios mineiros.

Com o início das ações de salvaguarda do IPHAN-MG vários mestres passaram a frequentar, tanto as reuniões do Conselho de Mestres, como as do IPHAN-MG. As duas entidades estabeleceram um forte intercâmbio de informações, sendo que muitos debates são compartilhados em suas pautas. É importante salientar que antes mesmo de o Conselho de Mestres ser oficialmente registrado em cartório, o IPHAN-MG já o reconhecia como uma entidade representativa e legítima. Esse reconhecimento é percebido em momentos em que, para a escolha de representantes da capoeira, uma parte (capoeiristas em geral) é eleita pelos participantes das reuniões do IPHAN-MG, enquanto os Mestres são indicados pelo Conselho, sendo eleitos em reunião própria. Essa nova experiência gerou desafios e conflitos, como ocorreu na II Reunião de Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados, realizada em Brasília, em setembro de 2012. O IPHAN-MG recebeu recursos para enviar cinco representantes ao evento, sendo três eleitos pelos participantes das reuniões da salvaguarda e dois mestres indicados pelo Conselho, que escolheu os mestres mais antigos. Contudo, os mestres indicados não compareceram à reunião. Esse fato levou os membros do Conselho a refletirem sobre os critérios de escolha de seus representantes para encontros que envolvem questões burocráticas e políticas. Outra dificuldade de

representação foi a formação do Comitê Gestor da Salvaguarda¹¹ da Capoeira em Minas Gerais, eleito em março de 2013; seis vagas foram destinadas aos mestres, sendo três de membros titulares e três suplentes. A dificuldade se deu no preenchimento das vagas e na permanência dos mestres nas mesmas.

Em janeiro de 2013, o Conselho de Mestres passou a ser denominado como Conselho de Mestres de Capoeira do Estado de Minas Gerais – COMCAP-MG; foi eleita a diretoria; estabelecido o estatuto e, em sequência, formalizado em cartório. Conforme seu estatuto, COMCAP-MG tem por finalidade acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal da Capoeira, incluindo o plano de Salvaguarda da Capoeira.

É interessante observar que nas reuniões iniciais para a formação do COMCAP-MG, foi estabelecido como regra que apenas Mestres teriam direito a voz e voto durante as reuniões. Todavia, ao perceberem as dificuldades de organização e de participação, estenderam esse direito para outros capoeiristas interessados.

Dentre as expectativas dos membros percebidas através dos debates estão: necessidade de um espaço próprio para a capoeira, que seria gerido pelo COMCAP-MG; fiscalização dos graduados e professores que dão aulas de capoeira na Escola Integrada¹² e um diálogo mais próximo com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – SMED-BH; registro da capoeira como patrimônio municipal de Belo Horizonte; necessidade de acompanhar os projetos de lei que dispõem sobre a capoeira e realização de eventos do COMCAP-MG.

Dentre as dificuldades percebidas pelos próprios membros estão: falta de foco durante as reuniões; esvaziamento das reuniões; falta de participação dos mestres; falta de entendimento sobre o processo da salvaguarda e questões políticas; e pouca participação de capoeiristas de municípios mais distantes da capital. Os motivos identificados pelos membros seriam: o fato de alguns mestres/capoeiristas valorizarem os interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos; outros compromissos profissionais e pessoais que impedem a participação; frustração por esperar um resultado imediato; falta de mobilização e divulgação; e extensão do território mineiro, que exige que sejam criadas

¹¹ O Comitê Gestor da Salvaguarda tem a função de coordenar todo o desenvolvimento do plano de salvaguarda, sua avaliação e desdobramentos, sendo composto pelo Iphan, poderes públicos estaduais e municipais e representantes dos detentores do bem cultural registrado.

¹² A Escola Integrada é uma política municipal de Belo Horizonte, que estende o tempo e as oportunidades de aprendizagem para crianças e adolescentes do ensino fundamental nas escolas da Prefeitura. A duração do atendimento escolar é de nove horas e as atividades extrapolam os limites das salas de aula e do prédio escolar. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-PBH).

regionais do COMCAP-MG para maior integração dos capoeiristas do estado. É constante nas reuniões o discurso de que é necessário pensar no coletivo e não em interesses pessoais ou do próprio grupo.

Podemos perceber que alguns dos motivos identificados coincidem com o que Dallari (1984) destaca como fatores para uma atitude passiva em relação à participação política: indivíduos que se limitam a cuidar de assuntos de seu interesse particular imediato; sentimentos egocêntricos pelos quais seriam movidos indivíduos que já gozam de um determinado privilégio; e ainda, aqueles que não participam por se considerarem impotentes para exercer alguma influência. Ademais, esse mesmo autor considera que o motivo dessas atitudes é a inconsciência, ressaltando que uma das formas mais eficientes de participação política é a conscientização, porém, não deve ser visado um objetivo imediato.

Em relação às ações realizadas, em maio de 2013 alguns membros do COMCAP-MG passaram a participar de mais uma esfera de debate sobre políticas públicas para a capoeira, o Fórum de Capoeira BH¹³, criado pela Fundação Municipal de Cultural – FMC. Ressalte-se que até então, a Prefeitura de Belo Horizonte-PBH e a FMC não possuíam nenhuma política de incentivo e promoção da capoeira, sendo inclusive mínima a participação e aprovação de projetos de capoeira nos editais de incentivo e fundo municipal de cultura de Belo Horizonte.

Essa nova esfera política, também passou a participar do intercâmbio de informações e debates com o COMCAP-MG e IPHAN-MG, sendo que o Gestor do Programa de Manifestações da Cultura Popular é também membro do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira, como representante da FMC.

Uma das principais ações realizadas a partir do Fórum Capoeira BH foi a formulação de propostas para o PPAG-BH, que previam cinco microeditais culturais, com valores em torno de seis mil reais, destinados aos mestres de capoeira; cursos voltados para os capoeiristas e inventário da capoeira de Belo Horizonte. As propostas não foram aprovadas, entretanto, podemos considerar essa ação um avanço em termos de participação nas políticas públicas, uma vez que essa foi a primeira experiência da capoeira belo-horizontina no envio de propostas ao PPAG e percebeu-se durante as reuniões que a maioria dos mestres desconheciam esse instrumento político.

¹³ Trata-se de uma ação do Programa de Valorização das Manifestações das Culturas Populares, criada em maio de 2013, com o objetivo de integração de ações dentro do município de Belo Horizonte com ações estaduais e nacionais de salvaguarda da Capoeira. (ASSESSORIA - PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA POPULAR)

Outra ação que surgiu com motivada pelo Fórum Capoeira BH foi a participação dos mestres na reunião extraordinária da Conferência Municipal de Cultura. Para entender a importância da Conferência Municipal de Cultura é necessário conhecer a política na qual está inserida. Em dezembro de 2011 foram apresentadas as metas do Plano Nacional de Cultura – PNC, que são propostas de políticas culturais para os próximos dez anos. Uma das dimensões estruturadas pelo PNC é a dimensão cidadã, que seria um aspecto da cultura que a entende como um direito básico do cidadão. (BRASIL, 2012).

A Constituição Federal incluiu a cultura como mais um dos direitos sociais, ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia e lazer. Assim, os direitos culturais devem ser garantidos como políticas que ampliem o acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura. Também devem ser ampliados os mecanismos de participação social, formação, relação da cultura com a educação e promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da memória cultural. (BRASIL, 2012, p. 17)

Deste modo, os cidadãos, além de apresentar aos poderes públicos suas necessidades e demandas, devem assumir corresponsabilidades na implementação e na avaliação das diretrizes e metas, participando de programas, projetos e ações que visem ao cumprimento do PNC. Das 53 metas estabelecidas pelo plano, a primeira se refere à implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC¹⁴ e dos sistemas de cultura em todos os estados e em 3.339 municípios brasileiros.

O município de Belo Horizonte, aderiu ao SNC e tem buscado definir, em diálogo com a sociedade civil, as diretrizes para a política pública municipal. Como parte desse processo realizou, em julho de 2013, a 3ª Conferência Municipal de Cultura. De acordo com o presidente da FMC-BH, Leônidas José de Oliveira (2013), o tema da 3ª Conferência, *Cultura em Belo Horizonte: avanços e desafios*, fundamenta-se no diálogo com os diversos agentes e usuários da Cultura em Belo Horizonte. Oliveira afirma ainda que a FMC e a PBH acreditam neste espaço de participação social e da articulação entre o Estado e a sociedade civil. Um dos objetivos da 3ª Conferência Municipal de Cultura é estabelecer um processo de construção de propostas para subsidiar o Plano Municipal de Cultura¹⁵ e fortalecer a

¹⁴ O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é o principal instrumento para que o Ministério da Cultura (MinC) possa desenvolver políticas culturais nos estados e nas cidades, com a participação da sociedade civil. (BRASIL, 2012, p. 17)

¹⁵ Principal documento norteador da política cultural de Belo Horizonte durante os próximos dez anos. Sua formulação é resultado das conferências realizadas em 2005 e 2009, somados aos resultados da conferência de 2013, além de contribuições do Conselho Municipal de Cultura e da sociedade. É um dos elementos obrigatórios para o Sistema Municipal de Cultura.

constituição do Sistema Municipal de Cultura. Deste modo, a Conferência é um importante espaço de participação social que a capoeira deve ocupar para garantir suas políticas públicas de salvaguarda.

Por meio da participação nas reuniões do COMCAP-MG foi percebido que a maioria dos mestres desconhecia este mecanismo de participação e, por isso, não compareceram à 3ª Conferência. Todavia, não foi possível encerrar todas as atividades previstas nessa conferência e foi convocada uma extraordinária. Diante deste quadro, a equipe do IPHAN-MG, o gestor do Fórum Capoeira BH e outros capoeiristas, mobilizaram os mestres para que participassem da nova conferência. Foi criado um Grupo de Trabalho para estudar o documento com as propostas do Plano Municipal de Cultura e apresentar novas propostas e/ou alterações. A Conferência Extraordinária de Cultura, realizada em agosto, contou com a presença de mestres e outros capoeiristas, no entanto, no geral, as propostas da capoeira não foram contempladas. Percebeu-se que houve dificuldades por parte dos mestres para compreensão do texto do Plano Municipal de Cultura; e para acompanhar os debates e a dinâmica da reunião. A conferência apesar de ser um espaço de participação e deliberação popular, não se demonstrou como uma esfera em que o debate é acessível a determinados agentes das manifestações populares. Ressalte-se que por um erro de planejamento estratégico da FMC, as atividades novamente não foram finalizadas e para encerrar a votação do Plano Municipal de Cultura foram convocadas quatro reuniões deliberativas finais. Devido a uma dificuldade de agenda a capoeira não se mobilizou para participar dessas reuniões.

A partir da experiência com a Conferência Municipal de Cultura, o COMCAP-MG decidiu apoiar a candidatura de um capoeirista para a vaga do setor Manifestações Populares na Eleição do Conselho Municipal de Cultura de Belo Horizonte¹⁶ – COMUC-BH. Diante da burocracia para inscrição como eleitor, os mestres acabaram não participando das eleições, todavia, mesmo sem o apoio efetivo do COMCAP-MG, o candidato da capoeira conseguiu ser eleito como conselheiro suplente.

No final de setembro de 2013, aconteceu o *I Encontro de Capoeira Minas Gerais: Debate sobre novos rumos da capoeira no Brasil*, realizado pelo Fórum Capoeira BH, através da Fundação Municipal de Cultura, em parceria com o IPHAN e o COMCAP-MG. O evento recebeu 93 inscrições e alcançou em média um público de 80 pessoas no turno da

¹⁶ Instância colegiada permanente, de caráter consultivo e deliberativo. Sua composição deve possuir, no mínimo, 50% de representantes da sociedade civil. Sua principal finalidade é atuar na formulação e no controle de políticas culturais.

manhã e 40 pessoas no turno da tarde. O momento principal da manhã foi a mesa de conversa de conversa com os Mestres sobre políticas públicas e de salvaguarda para a capoeira, todavia, a maioria dos mestres não estava preparada para o debate, o que acabou explicitando uma falta de conhecimento sobre o tema. A programação da tarde foi exclusivamente para apresentação da FCP sobre *A Regulamentação da prática da Capoeira*¹⁷ e gerou bastante polêmica entre os participantes. Apesar de o assunto já fazer parte da pauta das reuniões realizadas ao longo do ano, foi a partir desse encontro que muitos mestres e capoeiristas atentaram para o perigo de uma legislação que regule a prática da capoeira.

Pouco tempo após o *I Encontro de Capoeira Minas Gerais: Debate sobre novos rumos da capoeira no Brasil*, o gestor do Programa de Manifestações Culturais foi exonerado e, por isso, as atividades do Fórum Capoeira BH não tiveram continuidade.

Quanto ao fato de a maioria dos mestres que participaram da mesa de conversa pela manhã não terem participado do debate sobre a regulamentação, a atitude foi interpretada como falta de consciência política e o caso foi incluído na pauta de discussão nas reuniões do COMCAP-MG. Como o debate sobre a regulamentação não foi esgotado no encontro e não foram gerados encaminhamentos a respeito, em novembro, representantes do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira fizeram uma apresentação sobre o tema em reunião pública de articulação da salvaguarda da capoeira realizada pelo IPHAN-MG. Nesta reunião membros do COMCAP-MG e demais capoeiristas, posicionaram-se contra as atuais propostas de regulamentação. O entendimento foi que as propostas não possuem caráter contributivo para melhoria da capoeira e seus adeptos e, ainda, que os objetivos são capitalistas, individualistas e prejudiciais à transmissão dos conhecimentos da capoeira e, conseqüentemente, prejudiciais ao ofício dos mestres. Como resultado da reunião, foi criado o movimento mineiro contra a regulamentação da atividade da capoeira; foi elaborado um abaixo-assinado para ser enviado à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e à Fundação Cultural Palmares; foi criada uma página do movimento na rede social *Facebook* e organizada uma manifestação denominada Berimbausaço. A manifestação ocorreu na Praça Sete de Setembro¹⁸ e, de acordo com texto divulgado pelo movimento em sua página

¹⁷ O debate se deu em torno do Projeto de Lei nº 2.858/08, de autoria do Deputado Carlos Zarattini e o Projeto de Lei da Câmara nº 31/09, de autoria do Deputado Arnaldo Sá e uma proposta, em elaboração, apresentada pela FCP.

¹⁸ Localizada no cruzamento de duas principais avenidas da cidade, é um marco de referência do centro comercial de Belo Horizonte. Na confluência das avenidas, fica o Obelisco conhecido popularmente como

no *Facebook*, obteve os resultados esperados. A página, que atingiu cerca de 1.290 seguidores, recebeu inúmeros compartilhamentos e comentários de capoeiristas de outras localidades, especialmente fazendo elogios à iniciativa e/ou questionamentos sobre as propostas de regulamentação.

Na primeira reunião de articulação da salvaguarda da capoeira do IPHAN-MG de 2014, os participantes avaliaram o Berimbausaço como a principal atividade de 2013, momento em que a capoeira mineira demonstrou sua força, união e organização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações realizadas pelo COMCAP-MG em 2013 demonstram empenho e interesse dos mestres em ter uma participação efetiva na formulação de políticas públicas para a capoeira. Entretanto, percebe-se ainda certo grau de desconhecimento dos mecanismos que podem ser utilizados para a participação nas políticas públicas, assim como dificuldade de lidar com a complexidade e burocracia desses mecanismos.

Outra dificuldade enfrentada é a inconstância do poder público, que ainda não criou uma política de Estado para a capoeira, o que significa que a cada troca de governo, ou coligações políticas, as ações orientadas para a capoeira podem ser alteradas ou interrompidas. O que gera uma insegurança e desconfiança por parte dos capoeiristas.

Por outro lado, o COMCAP-MG tem aproveitado as possíveis articulações e conquistado um reconhecimento de alguns órgãos públicos, como é o caso do IPHAN-MG, IEPHA e FMC. O COMCAP-MG também está aberto a contribuições de outros capoeiristas, inclusive alunos menos experientes na capoeira, mas com certa experiência em política. Esse fato altera, em certa medida, a tradição da hierarquia da capoeira e permite aos mestres um aprendizado com os mais novos.

O fato do estado de Minas Gerais possuir 853 municípios cria um desafio maior para o COMCAP-MG, que até o momento possui a sua representação concentrada em Belo Horizonte e em municípios vizinhos.

Considerando que a garantia da participação das políticas públicas no Brasil, as políticas de salvaguarda e o reconhecimento da capoeira são ainda recentes, entendemos

"Pirulito", marco comemorativo da Independência do Brasil. Local onde acontece umas das rodas de capoeira mais tradicionais da cidade.

que, apesar dos muitos desafios e dificuldades, o COMCAP-MG se encontra no caminho para uma efetiva participação na construção das políticas públicas para a capoeira.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA - PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA POPULAR. **Relatório 1: Fórum Capoeira BH**. Fundação Municipal de Cultura. 2013.

ABREU, Frederico José de. **Macaco Beleza e o Massacre do Tabuão**. Salvador, Barabô, 2011.

OLIVEIRA, Leônidas José de. 3ª Conferência Municipal de Cultura: Cultura em Belo Horizonte - Avanços e Desafios. *In*: BELO HORIZONTE. **3º Conferência Municipal de Cultura: Cultura em Belo Horizonte - Avanços e Desafios**. Belo Horizonte: FMC, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: MinC, 2012.

CARMO, Raiana Alves Maciel Leal. **A Política Federal de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuiBarbosa/files/2010/09/35-RAIANA-ALVES-MACIEL-LEAL-DO-CARMO.1.pdf>. Acesso em 19/02/14.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COSTA, Neuber Leite. **Capoeira, Política Cultural e Educação**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Solange Gonçalves. Reflexões acerca da participação popular. **Integração** (São Paulo), v. 48, p. 45-53, 2007.

GASPAR, Fábio. **Na roda dos Direitos: O Agendamento Público da Capoeira (2003-2010)**. 198 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília, 2012.

GIL, Gilberto. **Ministro da Cultura, Gilberto Gil, na homenagem a Sergio Vieira de Mello**. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/2004/08/19/ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-homenagem-a-sergio-vieira-de-mello/>. Acesso em 21/02/2014.

GONÇALVES, Ramon Lopes (Mestre Negoativo). **Capoeiragem no País das Gerais**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - PHAN. **Iphan descentraliza ações de salvaguarda do Programa Pró-Capoeira. 2012.** Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?Id=16621&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em 28/11/2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - PHAN. **Termo de Referência para a Salvaguarda de bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil.** Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1911>. Acesso em 28/11/2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - PHAN. **Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil.** Brasília: IPHAN, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - PHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois:** A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília: IPHAN, 2010.

LUCE, Patrícia Campos. **Entre a vadiagem e a academia: o local e o global na Capoeira em Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MAGALHÃES FILHO, Paulo Andrade. **Jogo dos discursos:** a disputa por hegemonia na tradição da capoeira angola. Salvador: EDUFBA, 2012.

MONTEIRO, Elaine. **Um ponto de demanda: A Salvaguarda do patrimônio imaterial.** Disponível em: <http://www.viii.enecult.ufba.br>. Acesso em: 20/12/2013.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, identidade e gênero:** ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. **O mundo de pernas pro ar:** a capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher, 1997.

SANT'ANNA, Marcia. **A Política Federal de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Desafios do desenvolvimento,** Ano 7, Edição 62. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1101:catid=28&Itemid=23. Acesso em 22/02/2014.

SARAVIA, Enrique. O conceito de política pública - Introdução à teoria da política pública. In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete.(org). **Políticas públicas; coletânea v 1** – Brasília: ENAP, 2006. 2 v.

SOARES, Carlos Eugênio Soares Líbano. **A negrada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890.** Rio de Janeiro: Access, 1999.

VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v.14, supl.2, p. 7-18, 1998.



VASSALO, Simone Pondé. O registro da capoeira como patrimônio imaterial: novos desafios simbólicos e políticos. **Educação Física em Revista**, v. 2, n. 2. 2008.

VIEIRA, Luiz Renato; ASSUNÇÃO, Matthias. Desafios contemporâneos da capoeira. **Textos do Brasil**, n. 14. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2009.

VIEIRA, Luiz Renato. **A capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultural de origem popular.** Conheça Mais. Brasília: FCP, 2012. V. 8